

Um Olhar Actual sobre a "Transformação" do Conde de Lippe

Miguel Freire

Major do Exército. Professor de Estratégia no Instituto de Estudos Superiores Militares

Resumo

O presente artigo tem por objectivo responder à questão central: numa perspectiva actual, quais os ensinamentos que se poderão tirar da reorganização conduzida pelo Conde Schaumburg-Lippe durante o período de 1762 a 1777?

A resposta à questão central coloca-se, naturalmente, nos aspectos identificados como responsáveis pelo insucesso da transformação. Assim, os ensinamentos que se podem tirar são:

- A transformação das forças armadas só poderá ser levada a efeito com sucesso sob um alto patrocínio do poder político. Este tem de compreender a necessidade de mudança, disponibilizar recursos e acima de tudo acompanhar o processo, salvaguardando as necessárias condições estruturais das forças armadas facilitadoras para a transformação;
- A transformação das forças armadas tem de ser sentida e levada a cabo por toda a hierarquia da organização nomeadamente na sua estrutura superior. Desta deve esperar-se não só a capacidade de percepção das fontes para a mudança, a concepção da sua operacionalização com a consequente implementação em todas as componentes, mas, principalmente, a capacidade de liderar e motivar a hierarquia para esse empreendimento.

Abstract

This article tries to answer the following question: what lessons should be learnt from Count Schaumburg-Lippe transformation in XVIII century that could be useful for today's armed forces transformation?

The answer focuses mainly the issues that in XVIII century were responsible for Count Lippe failure. Thus, the lessons learnt can be:

- *First, a successful transformation of armed forces can only be achieved under a strong political support. Politicians have to understand the need for change in the military, allocate proper resources, and above all, be involved in the transformation process, assuring the right armed forces organizational structure in order to promote the transformation.*
- *Second, the transformation must be felt and undertaken by all organization hierarchy, mainly its highest level. It is expected that the top of the hierarchy acknowledge the sources of change, the concept of transformation implementation in all of its components. Critical to this endeavour is the ability to lead and motivate all the hierarchy to the enterprise.*

I. Introdução¹

A reorganização do Exército Português levada a cabo pelo Conde de Lippe durante o período de 1762 a 1767 tem merecido por parte de autores portugueses e estrangeiros palavras muito positivas, qualificando-a como um dos pontos altos da história do Exército Português².

Tal como a maior parte das Forças Armadas dos países ocidentais e a própria NATO, também o Exército Português vive um processo de transformação³. Por esta razão é de todo o interesse voltar a reler o empreendimento de transformação⁴ do Conde de Lippe ao serviço de Portugal, procurando identificar os aspectos positivos e intemporais que poderão, no contexto actual, servir de ensinamentos, ou pelo menos de reflexão à transformação em curso no Exército Português.

O presente artigo tem por objectivo responder à seguinte questão central: numa perspectiva actual, quais os ensinamentos que se poderão tirar da reorganização conduzida pelo Conde Schaumburg-Lippe durante o período de 1762 a 1777?

Para responder a esta questão, procedeu-se em termos metodológicos à caracterização conceptual do que é tido como “transformação”. A caracterização desta “perspectiva actual” sobre a transformação das forças armadas levou-nos a responder a algumas questões, nomeadamente:

- O que se entende por transformação?
- Quais as fontes para a transformação?

1 O autor gostaria de agradecer a Josefina Marques da Silva pela insubstituível ajuda na tradução dos textos em língua alemã e à Prof Dr^a Marion Ehrhardt pela atenção a aspectos menos divulgados da personalidade do Conde de Lippe.

2 Dos autores portugueses destacam-se, na segunda metade do século XX: SALES, E.A. - O Conde de Lippe em Portugal. V.N. Famacão, 1936; FIGUEIRA, J.d. O Exército Português sob comando do Conde de Lippe. Revista Militar, 1982. pp. 37-64; BARRENTO, A.M. - O Exército Português antes e depois do Conde Lippe. Revista Militar, 1991. pp. 361-385; já neste século COSTA, F.D. - Guerra no Tempo de Lippe e de Pombal. Nova História Militar de Portugal. Rio de Mouro: Circulo de Leitores. Vol 2. 2004. pp. 331-358. De autores estrangeiros destaca-se EHRHARDT, M. O Conde de Lippe - Soldado e Filósofo. 1985 (não publicado).

3 Passados pouco mais de três meses depois de empossado como Chefe do Estado-Maior do Exército, o General Valença Pinto difundiu a “Directiva para a Transformação do Exército” a 14 de outubro de 2003, dando-a a conhecer publicamente numa alocução proferida na Academia Militar.

4 A adopção da palavra “transformação” reflecte o léxico usado presentemente pelos Estados Unidos da América e que acabou por ser empregue, de uma forma geral, para as reorganizações ou mudanças processadas ao nível das Forças Armadas dos países que têm os Estados Unidos como referência. Nesta matéria Portugal não foi excepção. Na presente comunicação as palavras “transformação” ou “mudança” têm o mesmo significado de “organização” ou “reorganização”, expressões usadas não só na documentação da época mas em toda a bibliografia que aborda a temática da presença do Conde de Lippe em Portugal.

- Como se pode operacionalizar?
- Quais as áreas de implementação?

Para responder a estas questões socorremo-nos de literatura sobre investigação de transformações na área da defesa. Essa literatura reflecte essencialmente os domínios britânicos e dos Estados Unidos da América, sendo maior o destes. Este aspecto não deverá causar espanto já que é este país que mais investe na área da Investigação e Desenvolvimento (I&D) e que, fruto da sua postura de intervenção global está empenhado em manter essa hegemonia. São as respostas a estas questões derivadas que constituem o modelo pelo qual se analisa a reorganização do Conde de Lippe.

Na análise do período histórico em causa, usou-se como únicas fontes primárias o corpo doutrinário aprovado pelo Conde de Lippe. Como fontes secundárias usou-se a incontornável obra de Pereira Sales publicada com o patrocínio da Comissão de História Militar, em 1936, bem como um conjunto de outras obras e artigos publicados com destaque para a “Nova História Militar de Portugal”.

A seguir a esta introdução, o trabalho apresenta cinco secções. Na primeira secção em que se reflecte sobre a necessidade da transformação das forças armadas, faz-se a opção dentro da literatura actual mais significativa, de uma sistematização que permita uma enquadramento conceptual do tema. Nas secções seguintes, III, IV e V analisa-se, por ordem cronológica o que se considerou serem os três momentos de transformação do Conde de Lippe: a acção imediata que decorre do esforço de guerra durante a campanha de 1762; a transformação propriamente dita que diz respeito ao esforço de organização durante o período de 1763-64 e o esforço de continuação, entre 1764-1777 já com o Marechal-general no seu estado germânico mas mantendo uma aturada correspondência, fazendo uma visita a Portugal entre 1767-68. Nestas três secções procura identificar-se as medidas tomadas no âmbito das “pessoas”, “processos”, “organizações” e “tecnologia”.

Na última secção apresentam-se as conclusões nas quais se responde à questão central.

II. A necessidade da transformação

Uma transformação tem a ver com uma mudança sustentada e propositada com o objectivo estratégico de manter uma vantagem competitiva⁵ estratégica ou fazer face a

5 Uma vantagem competitiva significa que a organização ou o actor em causa estão numa posição vantajosa face aos seus adversários, ou seja, quando comparados, apresenta performances (na ideia de acção) supe-

uma vantagem apresentada por um novo ou já existente competidor⁶. Uma transformação no âmbito das forças armadas tem a ver com uma mudança militar.

Para Theo Farrell e Terry Terriff uma mudança militar prende-se com uma “mudança de objectivos, estratégias actuais, e/ou a estrutura da organização militar” e que se distinguem de mudanças menores que se prendem com mudanças de métodos e meios (tecnologias e táticas) que não têm implicações na estrutura e estratégia organizacional⁷. Os autores esclarecem ainda que é o resultado da mudança que determina o carácter maior ou menor desta. É importante realçar este aspecto porquanto é o produto do processo da mudança que é determinante uma vez que, por si só, a vontade de mudar ainda que definida por uma estratégia clara e bem estruturada, não é condição exclusiva para a sua realização.

Mas o que é que pode levar a uma vontade de se empreender uma mudança militar sustentada?

Farrell e Terriff consideram três as fontes para a mudança militar: as normas culturais, a política e a estratégia, e novas tecnologias⁸.

As normas culturais são crenças intersubjectivas sobre o mundo social e natural que definem os actores, as situações e as possibilidades de acção. Produzem padrões de comportamento persistente ao tornarem-se institucionalizados nas regras e rotinas de uma comunidade. Uma vez institucionalizadas, as normas são aceites como garantidas ou forçadas por sanções poderosas. Por esta razão, os autores consideram a cultura particularmente útil na explicação do porquê de muitas vezes os militares continuarem a agir de forma incongruente com as circunstâncias estratégicas e operacionais prevaletentes. A literatura actual sugere a existência de dois processos para se processar uma mudança cultural: primeiro, por um processo de mudança planeada que implica a mobilização de ideias e interesses por detrás de novas formas de identidade e comportamentos adequados. Este processo implica o uso instrumental da cultura pelas elites políticas e militares;

riores. Para Garstka reflecte-se numa comparação das capacidades integradas de cada um no ambiente competitivo. No mundo empresarial pode mensurar-se essa vantagem pelos níveis de produção, vendas, etc.. Em termos militares, essas performances podem ser medidas na capacidade de apoio logístico, comando e controlo e outros, que em última análise, se traduzirão na realização da missão (GARSTKA, J.J. - O desafio da transformação. Notícias da NATO, 2005. p. 1.), ou seja, numa linguagem estratégica, na imposição da vontade do adversário.

6 GARSTKA, idem.

7 FARREL, T. e TERRIFF, T. - The Sources of Military Change. The Sources of Military Change. Culture, Politics, Technology. London: Lynne Rienner Publishers. 2002. p. 5.

8 FARREL, T. e TERRIFF, T., ob. cit., pp. 6-16.

segundo, por um processo de choque face ao sistema cultural vigente de tal forma que mina a legitimidade das normas existentes⁹. Uma versão mais objectiva, se é que é possível, do conceito de cultura militar é aquela que a considera como a soma dos valores intelectuais, profissionais e tradicionais do corpo de oficiais (aqui no sentido de oficiais e sargentos)¹⁰. Tal como refere o mesmo autor, a cultura do corpo de oficiais desempenha um papel crucial em como as forças militares se preparam elas próprias para combate e por isso representam um elemento essencial no sucesso de inovações¹¹.

Uma outra fonte para a mudança militar, talvez a mais óbvia, é de natureza estratégica, ou seja, a mudança da ameaça à segurança nacional. Muitos académicos consideram que as pressões estratégicas operam através de processos políticos que moldam a mudança militar, ou seja, requerem imperativos estratégicos e intervenção civil¹².

A introdução de novas tecnologias como fonte para a mudança militar não é encarada de forma linear por académicos. A sua influência oscila entre a ideia do determinismo tecnológico e o conservadorismo militar. No primeiro, a tecnologia apresenta um papel determinante na forma da mudança militar em contraste com um papel inferior no conservadorismo militar¹³.

Um outro aspecto que importa abordar na questão de transformações na área da defesa diz respeito à forma como se pode operacionalizar. Segundo os mesmos autores, Theo Farrell e Terry Terriff, a mudança militar pode ter três formas de concretização: inovação, adaptação e emulação.

A inovação implica o desenvolvimento de novas tecnologias, táticas, estratégias e estruturas militares. A adaptação envolve o ajuste de métodos e meios já existentes, mas que num conjunto de ajustes múltiplos pode conduzir à inovação. A emulação, envolve a importação de novas formas de fazer a guerra pela imitação de outras organizações militares¹⁴.

Se uma transformação visa manter uma vantagem competitiva sobre um adversário, através de inovação, adaptação ou emulação, interessa compreender o que se deve inovar, adaptar ou emular. Parece haver consenso que as transformações têm de incidir sobre a tecnologia, doutrina e organização das instituições para que se possa verificar o salto

9 Idem, pp. 7-10.

10 MURRAY, W. - *Innovations. Past and Future. Military Innovation in the Interwar Period*. Cambridge University Press. 1998. p. 313.

11 Idem.

12 FARREL, T. e TERRIFF, T., ob. cit., pp. 10-12.

13 Idem, p. 14.

14 Ibidem, p. 6.

qualitativo nas capacidades (no sentido do que têm de ser capazes de realizar) dessas organizações face às suas adversárias.

Num contexto de defesa, as quatro componentes de uma capacidade são as “pessoas”, os “processos”, a “organização” e a “tecnologia”¹⁵, as quais podem ser acrescidas de capacidades adicionais como se tratasse de *building blocks*. Para o Departamento de Defesa dos Estados Unidos estas componentes correspondem à concepção de doutrina, organização, treino, material, liderança e ensino, pessoal e instalações. A relação de correspondência entre as quatro principais componentes e o acréscimo entendido pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos é¹⁶:

- Pessoas - Pessoal, liderança e ensino e treino;
- Processos - Doutrina;
- Organização - Organização;
- Tecnologia - Material e instalações.

Para John Garstka trata-se de uma estruturação simples que permite destacar as principais dimensões de uma mudança para as forças militares ao mesmo tempo que dá uma perspectiva pela qual se pode reexaminar o passado e desenvolver estratégias para fazer face a desafios decorrentes da implementação de uma transformação militar¹⁷. A importância de cada uma destas componentes no processo de transformação depende, naturalmente, das fontes e formas de operacionalização que deram lugar à transformação. O importante é destacar que dada a natureza complexa das organizações, e as forças armadas são um paradigma nessa matéria, qualquer transformação acarreta alterações, ainda que em dimensões variadas, em todas as componentes¹⁸.

15 Não deixa de ser uma visão restritiva, o que Eric Sterner alerta no seu artigo “you say you want a revolution (in Military Affairs)?” que é preciso analisar a mudança nas organizações militares numa perspectiva mais ampla que abranja os contextos sociais, políticos e económicos que estão a desenvolver-se fora do fenómeno da guerra, ver STERNER, E.R. You say you want a revolution (in Military Affairs)? Comparative Strategy, 1999. pp. 297-308.

16 GARSTKA, ob. cit., p. 3.

17 Idem.

18 Ou então como defende Telo, “encarar o processo de inovação como uma realidade multifacetada com diversos níveis, onde a importância relativa de um ou outro varia conforme as circunstâncias. Podemos considerar pelo menos três níveis distintos e com dinâmicas próprias: técnico; social e de mentalidades; organizativo e tático. A mudança nestes três níveis é paralela e a tónica pode estar em qualquer deles, por outras palavras, pode ser qualquer deles que conduz e determina o processo. Só a análise concreta de cada situação nos permite detectar a coerência lógica de uma vaga de inovação e o nível em que está colocada a sua tónica. TELO, A.J. - Tecnologia e armamento. Nova História Militar de Portugal. Circulo de Leitores. 2004. Vol 3. p. 339.

A sistematização escolhida para a compreensão do processo de mudança pode ser resumida no quadro seguinte que pretende reflectir as três fases que, de forma interdependente, se podem prolongar no tempo. As fontes como iniciadoras de uma necessidade de transformação, a operacionalização como a forma em que a organização se relaciona com as suas congéneres (de inimigos ou aliados) e a implementação, ou seja, a introdução da mudança nas componentes das capacidades da própria organização.

Quadro 1 - Sistematização do processo de transformação

| FONTES | OPERACIONALIZAÇÃO | IMPLEMENTAÇÃO | |
|---|-----------------------------------|---------------|--------------------------------------|
| Normas Culturais Política e Estratégia Tecnologia | Inovação Adaptação Emulação | Pessoas | Pessoal, liderança e ensino e treino |
| | | Processos | Doutrina |
| | | Organização | Organização |
| | | Tecnologia | Equipamento e instalações |

III. A acção imediata

D. José I era o rei de Portugal e tinha como seu Primeiro-ministro, Sebastião José de Carvalho e Melo, a quem concedeu o título de Conde de Oeiras em 1759 (mais tarde, em 1769, concederia o título de Marquês de Pombal). Sem ameaças exteriores e com a necessidade interna de diminuir o poder do exército, o governo de D. José descurou completamente o seu aparelho militar. Como refere Fortunato de Almeida, “o Marquês de Pombal, ou por desafecto às instituições militares, ou porque de todo o absorvia o delírio de aniquilar a nobreza e a Companhia de Jesus, não só deixou o exército no mísero estado em que o encontrou, como até reduziu os quadros existentes em 1735. Tornou-se tão sensível a penúria, que teve dificuldades em reunir tropas que policiassem Lisboa depois do terramoto”¹⁹.

19 ALMEIDA, F.d. - História de Portugal. Coimbra: Imprensa da Universidade. 1927. p. 287.

III.1 Antecedentes

Apesar de, desde 1756, deflagrar uma autêntica guerra mundial – a Guerra dos Sete Anos²⁰ – Portugal manteve-se neutral. Contudo, um recontro naval entre a esquadra inglesa e a francesa em águas territoriais portuguesas com a consequente derrota francesa e a perseguição aos navios franceses até junto dos fortes da cidade de Lagos, serviu de motivo para reclamações da França e a posterior invasão do território nacional por forças espanholas. A Espanha, que também se tinha mantido neutral, inverteu a sua postura após a subida ao trono do anti-britânico Carlos III o que aconteceu depois da morte de Fernando IV, em 1759. Carlos III facilitou uma aliança franco-espanhola materializada no chamado Pacto de Família, assinado em 15 de Agosto de 1761, entre os diferentes países governados por membros da casa Bourbon, que reinavam em França, Espanha, Nápoles e Parma. D. José I recusou-se a aderir ao pacto em virtude da velha aliança luso-britânica, facto que levou à invasão do reino por tropas espanholas.

Portugal estava em paz desde a guerra de sucessão de Espanha (1701-1714). Como salienta Sales “durante uma paz de quarenta e oito anos o exército português tinha sido esquecido, e a sua força não chegava a vinte mil homens mal armados e pior disciplinados”²¹.

A questão da impreparação do exército português não dizia respeito só aos efectivos existentes mas também a uma ausência de postura empreendedora militar dos quadros do exército. Tal como refere Fernando Costa, “embora o rei de Portugal tenha uma força terrestre permanente, cuja dimensão não corresponde entretanto à definida pelas suas ordens, não há uma cultura militar nas elites correspondente ao acompanhamento do pensamento e da acção sobre a guerra europeia. A guerra não é uma preocupação”²². Para além de que, como o mesmo autor ainda acrescenta, “com efeito, o reino de Portugal permanece na periferia do sistema militar europeu e a cultura bélica ocupa um lugar formal, sobretudo interno, e com fraca ou mesmo nenhuma comunicação externa”²³. Como sintetiza Martins Barrento, “de facto, não havia guerra há muito, os militares desabitua-

20 Tratou-se de um conflito terrestre que envolveu batalhas travadas na Europa Central entre a Prússia e uma coligação que comportava a Áustria, França e Rússia e um combate além mar entre a Grã Bretanha e a França, mais tarde auxiliada pela Espanha e que levou o combate a locais tão distantes como o Canadá, a Índia, Havana e Manila.

21 SALES, ob. cit., p. 51.

22 COSTA, ob. cit., p. 331.

23 Idem, p. 332.

-se de suportar as armas, os Generais de suportar a disciplina, o Poder Político de suportar o Exército”²⁴.

Como toda a política externa de Portugal andava à volta da antiga aliança com a Grã-Bretanha, foi a ela que o Conde de Oeiras solicitou ajuda para a defesa do território e organização do exército²⁵.

III.2 A escolha de um estrangeiro

O pedido dirigido ao governo da Grã-Bretanha era explícito na necessidade de um “mestre-de-campo-general”²⁶ para além de uma vasta quantidade de equipamentos e tropa. A escolha desse general ficou ao critério da coroa britânica. Foi na pessoa de Guilherme Schaumburg-Lippe, conde reinante do pequeno condado Schaumburg-Lippe desde os seus vinte e quatro anos, que recaiu a escolha de Jorge II. O Conde de Lippe tinha nessa altura trinta e oito anos e uma carreira militar de elevada reputação. “As razões para este convite encontram-se tanto nas qualidades profissionais de Lippe como na estima de que ele, quase membro da família real inglesa, gozara na Grã-Bretanha”²⁷.

A escolha de um estrangeiro para o lugar cimeiro do exército parecia apresentar, a despeito das diferenças evidentes - língua, cultura, religião -, vantagens tanto para a Grã-Bretanha como para a governo português. “Os ingleses talvez tivessem também desejado entregar o comando em Portugal a uma pessoa de outra nacionalidade e, portanto, considerada mais neutra. O conde, por seu lado, viu primeiro as dificuldades que uma tarefa desta envergadura iria implicar. Em duas cartas, uma dirigida ao primeiro-ministro britânico e outra ao embaixador de Portugal em Londres, especificou as suas dúvidas, a saber, a falta de conhecimento sobre Portugal, sua língua e clima, além de ser completamente desconhecido dos portugueses e de não pertencer à religião católica. Alegou igualmente que não queria ausentar-se por muito tempo do seu país”²⁸. Somente Lippe parecia relevar as diferenças.

24 BARRENTO, ob. cit., p. 366.

25 SELVAGEM, C. - Portugal Militar. Compêndio de História Militar e Naval de Portugal. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda. 1999. p. 472.

26 Como refere Fernando Costa, “as guerras não são questões “nacionais” e as administrações europeias recorrem frequentemente a especialistas estrangeiros e também a combatentes mercenários” COSTA, ob. cit., pp. 332-333.

27 EHRHARDT, ob. cit., p. 13.

28 Idem.

“O Conde de Lippe, que ostenta o seu título de conde reinante de Schaumburg-Lippe e que verá consagrado o seu tratamento por Alteza, ocupará o lugar cimeiro da hierarquia militar e debate os problemas directamente com o Conde de Oeiras, cuja autoridade se encontra plenamente consolidada após o episódio do real ou suposto atentado contra o rei e a espectacular eliminação física de um conjunto de elementos da primeira nobreza como “conspiradores”. Apesar da eliminação de todas as hipóteses de oposição e da colocação de criaturas nos lugares decisivos da administração, existe latente um sentimento de revolta. A contratação de um estrangeiro para dirigente máximo do exército teria a vantagem suplementar de anular quaisquer veleidades que poderiam emergir da ocupação desse lugar se a ele fosse chamado um indivíduo da Fidalguia de Corte”²⁹.

O Conde de Lippe chegou a Lisboa em 2 de Julho de 1762 e fez-se acompanhar de vários oficiais alemães entre os quais o príncipe Carlos Luiz Frederico, Duque de Mecklemburg, marechal de campo no Exército Britânico e irmão da rainha inglesa.

É com um exército português longe do estatuto de uma força armada organizada que o Conde de Lippe, reforçado por tropas estrangeiras, vai ter de defender o território português da invasão espanhola.

III.3 A campanha de 1762

O objectivo da análise da campanha de 1762 não é a descrição, nem sequer a análise das manobras tácticas³⁰ dos contendores, mas sim, tentar identificar o que constituiu a preocupação imediata do Conde de Lippe para transformar um exército praticamente inexistente numa força minimamente credível capaz de dissuadir as intenções do inimigo e concretizar a efectiva defesa da integridade do reino.

Para um homem experiente no campo de batalha e que acompanhava a evolução dos mais modernos exércitos da época, Lippe concentrou o seu primeiro esforço em disciplinar o exército. Fê-lo quer no campo da moral, tentando acabar com uma das maiores fontes de deserção nas praças e de descontentamento nos oficiais - o pagamento a tempo e horas do pré -, quer no campo material, procurando fardar e equipar convenientemente o pessoal.

29 COSTA, ob. cit., p. 334.

30 Para um estudo pormenorizado das mesmas, ver as ordens expedidas pelo Quartel General do Marechal General Conde de Lippe desde 2 de Agosto de 1762 até 28 de Maio de 1763, que constam da Revista das Ciencias militares, Vol. VII, 1888, pp. 21-41. As memórias sobre a Campanha de 1762 do General Conde de Schaumbourg-Lippe podem ser consultadas na Revista Militar, Tomo I, 1849, pp. 182-187, 427-434, 536-545, 701-710. O interessante destas memórias é terem sido escritas pelo Conde de Lippe a pedido do rei D. José.

Ao mesmo tempo que disciplinava internamente o exército, o Conde de Lippe tratava da concepção e integração de todas as forças disponíveis, nacionais e estrangeiras. Para isso concentrou as tropas anglo-lusas em vários pontos de que podia dispor: cerca de 15 000 homens nas tropas de linha (sensivelmente de iguais proporções entre portugueses e ingleses), constituindo o exército de manobra e cerca de 20 000 homens, auxiliares e ordenanças, que só podiam ser empregues na guarnição das praças e constituíam o exército de guarnição. Criou o estado maior do exército, com o brigadeiro inglês Crawford, chefe do estado maior, no posto de quartel-mestre-general.

De um plano inicial assente na concentração de tropas em expectativa estratégica de modo a poder lançá-las, com oportunidade, no ponto ou pontos ameaçados, o Marechal reinante, depois de se aperceber da manobra do seu opositor, o Marquês de Sarria, adaptou-o oportunamente para uma ofensiva rápida.

O exército de manobra tinha sido organizado em cinco destacamentos para este plano, sendo com eles que Lippe acabou por manobrar para defesa do reino. As coisas não estavam a correr de feição para as tropas anglo-lusas quando uma ordem de Madrid obrigou à suspensão da ofensiva por imposição de novo comandante. O Conde de Aranda iria substituir o Marquês de Sarria. Esta quebra de ímpeto permitiu ao Conde de Lippe rearticular os seus destacamentos, manobrando-os em reacção ao inimigo.

Ambos os exércitos entraram em quartéis de inverno e, entretanto, em França, a paz de Fontainebleau punha termo à Guerra dos Sete Anos e fazia suspender as operações entre Portugal e Espanha.

O tratado de paz definitivo que assegurou a restituição recíproca dos prisioneiros de guerra e a devolução a Portugal das praças ainda ocupadas pelo inimigo (Chaves e Almeida), só foi assinado em 10 de Fevereiro de 1763, sendo publicado em Lisboa no dia 25 do mês seguinte.

III.4 A génese de uma transformação necessária

A realidade de uma invasão de tropas espanholas a Portugal não deixou dúvidas ao poder político da necessidade de uma transformação do exército. Eram razões de natureza política e estratégica que se constituíam na fonte imediata para transformar o exército. Mais, a natureza concreta da ameaça não conferia tempo para que essa transformação se operasse senão por emulação, com a particularidade de envolver a importação de novas formas de fazer a guerra, não pela imitação de outras organizações

militares, mas pela incorporação de capacidades dessas organizações estrangeiras (através do ingresso de oficiais estrangeiros experientes) na estrutura do exército português.

Como se constatou anteriormente, foi ao nível da componente de “pessoas”, no desenvolvimento da sua moral (pela satisfação das necessidades mínimas: vencimentos), e na componente de “organização”, numa organização estratégica do exército anglo-luso que Lippe iniciou essa transformação.

Este esforço imediato de transformação nas componentes “pessoas” e “organização” está espelhado na opinião de Martins Barrento quando este considera que é a dois níveis que se pode identificar o legado imediato do Conde de Lippe na transformação do exército logo a seguir à campanha de 1762³¹:

- primeiro, “apesar de não se ter visto, em 1762, a batalha vitoriosa que glorificou os grandes capitães, o Marechal General (...) conseguiu a defesa do Reino e a paz que se seguiu”;
- segundo, lançou as sementes para a reconstrução de um novo exército pelas suas “determinações sobre a organização, a acção insistente sobre a instrução e a disciplina”.

Talvez não ponderado no longo prazo pelo Conde de Oeiras, a incorporação de um comandante chefe estrangeiro, acompanhado de um lote de oficiais estrangeiros e de uma força anglo-lusa, na qual 50% dos efectivos eram também estrangeiros, poderia constituir-se, *per se*, numa fonte de transformação ao provocar um confronto entre normas culturais distintas, não só ao nível das elites militares, mas também ao nível do poder político. Este choque foi por demais evidente porque “logo desde o início da campanha, e durante ela, teve o Conde de Lippe contra si estorvando-lhe a acção, não só a má vontade dos vedores³² como também a da maioria dos generais e oficiais superiores, fidalgos todos eles mais ou menos aparentados entre si”³³. A razão para o choque era clara, “o conde era um típico *militarischer Aufklärer*, um militar das luzes, com poucas semelhanças, em termos de formação intelectual e de atitude militar, com a larga maioria dos oficiais portugueses”³⁴.

31 BARRENTO, ob. cit., pp. 379-380.

32 Em tempo de guerra havia duas vedorias, uma geral do exército e outra especial da artilharia. Era sua obrigação cuidar do pagamento, mantimentos e carruagens do exército; à sua volta funcionavam os assentistas – chamados assim os contractores que, por certa soma avançada, tinham a seu cargo prover as tropas de todos os géneros e artigos necessários. SALES, ob. cit., p. 71. cit.

33 SALES, ob. cit., p. 75.

34 BEBIANO, R. – A Arte da Guerra. Estratégia e Tática. Nova História Militar de Portugal. Rio de Mourou: Círculo de Leitores. Vol 2. 2004. pp. 133.

Naturalmente, “a acção do conde de Lippe tinha pois de encontrar resistência entre uma oficialidade ainda formada de acordo com valores e conhecimentos que, tanto no domínio cultural como no mais especificamente militar, eram os mais tradicionais”³⁵.

Parece ser este aspecto de choque entre normas culturais distintas que se pode deduzir quando Martins Barrento, no artigo já diversas vezes citado, destaca ainda outros dois patamares importantes do legado imediato do Conde de Lippe, a saber, “as influências que produziu nas mentalidades e no poder”³⁶.

Ao nível das fontes, verifica-se que foram razões de natureza política e estratégica que confrontaram o poder político para a necessidade de transformação. Após uma campanha de sucesso e a integração de uma estrutura organizacional estranha ao Exército Português, foi o confronto de normas culturais que permitiu dar continuidade ao processo de transformação.

Ao nível da operacionalização, a integração de oficiais de outros exércitos materializou a emulação necessária para a implementação de medidas, essencialmente, nas componentes “pessoas” e “organização”.

IV. A transformação

A guerra tinha feito considerar o Conde de Oeiras sobre o valor de um bom exército e a necessidade da sua eficiência para afirmar perante outras potências a existência real da nação³⁷. Por isso, terminada a campanha de 1762, o Conde de Oeiras não quis descurar o problema militar e, protelando a partida do Conde de Lippe, desejoso de regressar a casa, aproveitou a sua permanência para dotar o exército de uma nova organização e de regulamentação adequada a consolidar a disciplina das tropas e a promover a sua instrução³⁸.

As normas culturais constituíram a fonte para a continuação da mudança. A permanência do comando do exército na pessoa do Conde de Lippe, coadjuvado por uma vasta panóplia de oficiais estrangeiros³⁹, indicia que a operacionalização da mudança

35 BEBIANO, ob. cit., p. 134.

36 BARRENTO, ob. cit., pp. 380-381.

37 SELVAGEM, ob. cit., p. 480.

38 MARTINS, F. História do Exército Português. Lisboa: Editorial Inquérito. 1945. p. 186.

39 “Ainda depois de finda a campanha continuaram a ser admitidos no exército português muitos oficiais estrangeiros; no ano de 1764 foram admitidos para cima de quarenta”. SALES, ob. cit., p. 71.

se processou por emulação da organização militar que Lippe personalizava. Naturalmente, essa emulação verificou-se em todas as componentes: pessoas, processos, organização e tecnologia.

De seguida analisou-se de forma sucinta, a implementação em cada uma destas componentes durante o período de tempo em que o Conde de Lippe permaneceu em Portugal e por isso capaz de, pessoalmente, zelar pela implementação, supervisão e consequentes correcções.

IV.1 Pessoas

Como referido na secção II, a componente “pessoas” diz respeito ao pessoal (em tudo o que lhe diz respeito administrativamente: recrutamento, sustentação, disciplina, etc.), liderança, ensino e treino.

Pessoal. Regionalização do recrutamento.

Justiça. A manutenção da disciplina nas fileiras constituiu uma das principais preocupações de Lippe, por isso a justiça foi matéria publicada. Foi introduzido, pela primeira vez o conceito de foro material, então generalizado na Europa. Segundo este conceito que é oposto ao foro pessoal, é a natureza do crime e não a qualidade do seu agente que determina se este fica ou não sob a alçada da Justiça Militar⁴⁰. Mas o novo código penal também surpreendia pela violência das penas.

Liderança. Também ao nível das promoções dos oficiais existiram modificações substanciais: a introdução do princípio prussiano da antiguidade⁴¹, como fundamento e regra da promoção. De forma inequívoca “o Conde de Lippe acaba definitivamente com as promoções de favor passando estas a fazerem-se exclusivamente por critérios de competência de mérito [...], o regulamento reforça a ideia cara ao Conde de que se deveriam lembrar de ter em atenção que os oficiais seriam avaliados pela forma como “exerciam o seu cargo”. [...] Passa a ser-se nobre por ser

40 ROQUE, N. – Justiça penal militar em Portugal. Linhó: Edições Atena. 2000. p. 53.

41 Excepto na artilharia. “A promoção por antiguidade era abolida n’uma arma, onde a aptidão se não pode medir exactamente pelos anos de serviço. Todos os postos nos regimentos de artilharia haveriam de ser providos precedendo exames de oposição ou concurso”. COELHO, J.M. – Historia Militar e Política de Portugal. Lisboa: Imprensa Nacional. 1891. p. 76.

oficial, para dignificação do exército, e deixa de haver oficiais só por serem nobres, norma que constituía um avanço qualitativo enorme à eficiência dos comandos militares⁴².

Ensino. “Já com a Guerra dos Sete Anos a envolver-nos. A 7 de Março de 1761 é criado o Real Colégio dos Nobres destinado a cem alunos com idades compreendidas entre 7 e 13 anos, que já soubessem ler e escrever e que ali permaneceriam em regime de internato - e alunos que em princípio se destinavam ao exército e tinham de pagar 120 mil réis cada ano. Como houve dificuldades no recrutamento de candidatos, o colégio só abriu em 19 de Março de 1766, e apenas com 24 alunos⁴³.”

Treino. A execução de manobras militares com o objectivo do ensino e prática das evoluções constituiu uma das prioridades do conde de Lippe. Em Maio de 1763 determinou que se realizassem no campo da Ajuda exercícios de manobras que se concretizaram de 1 a 7 de Junho e aos quais o Rei D. José I compareceu. Mais tarde, no mesmo ano, de 23 de Novembro até 4 de Dezembro, decorreram novos exercícios no sítio denominado Monte Branco, entre Vila Viçosa e Estremoz. Também nestes exercícios o poder político, representado pelo rei e o seu primeiro ministro, esteve presente.

IV.2 Processos

Os processos dizem respeito essencialmente às doutrinas. A doutrina militar consiste num conjunto de princípios e métodos aprovados com o objectivo de dar às organizações militares uma concepção comum e uma base uniforme de actuação. A doutrina militar é a base para o treino militar e indirectamente para o comando e controlo⁴⁴. Na prática a doutrina militar traduzia-se na regulamentação, muitas vezes pormenorizada, de procedimentos técnicos, táticos e administrativos. Os regulamentos publicados pelo Conde de Lippe traduzem bem o seu empenho na componente “processos”.

Assim que a guerra lhe permitiu, o Conde de Lippe voltou a sua atenção para a elaboração de novos manuais. Ainda durante o ano de 1762 publicou as “*Instrucções*”

42 NUNES, A.P. - Quadros da vida militar - das ordenações sebasticas às invasões francesas. Nova História Militar de Portugal. Rio de Mouro: Círculo de Leitores. Vol 5. 2004. p. 80.

43 BARATA, M.T. - Ensino Militar: primeiros passos. Nova História Militar de Portugal. Rio de Mouro: Círculo de Leitores. Vol 3. 2004. p. 419.

44 HOLMES, R. The Oxford Companion to Military History. New York: Oxford University Press. 2001.

geraes relativas a várias partes essenciaes do serviço diário para o exército de S. Magestade Fidelissima, debaixo do mando do ill.mo e ex.mo Sr Conde Reinante de Schaumbourg Lippe, marechal-general dos exercitos do mesmo Senhor, e general em chefe das tropas auxiliares de S. Magestade britanica”. Em 1763 é publicado o “Regulamento para o exercicio e disciplina dos regimentos de infantaria dos exércitos de S. Magestade o Conde Reynante de Schaumbourg Lippe, marechal-general”. Com esta publicação foi posta de parte a organização táctica de 1735 e substituída por outra adequada aos princípios militares daquela época, especialmente aos de Frederico o Grande⁴⁵.

Com o objectivo de promover e uniformizar o conhecimento técnico da artilharia foi publicado em 15 de Julho de 1763 o “Plano que S. Majestade manda seguir e observar no estabelecimento, estudos e exercícios das aulas dos regimentos de artilharia”. São mandados adoptar para explicações nas aulas os “manuais técnicos” em voga, todos em língua francesa, sobre as áreas do conhecimento determinantes nesta área, como a matemática, mecanismos de artilharia, composições de fogo de artifício, ciência das minas, engenharia e fortificações, etc..

Em Agosto de 1764 começou a ser distribuído, pelos corpos a que dizia respeito, o “Regulamento para o exercicio e disciplina dos regimentos de cavallaria dos exercitos de S. Magestade Fidelissima: por ordem do mesmo Senhor por S. Alteza o Conde Reynante de Schaumbourg Lippe, marechal-general”.

A preocupação de dotar o exército de um corpo doutrinário verdadeiramente orientador é uma das imagens de marca da transformação do Conde de Lippe. Como afirma Rui Bebiano, no que diz respeito, em concreto, aos dois regulamentos para o exercicio da disciplina destinados à infantaria e à cavalaria, trata-se de “documentos sem precedentes, em virtude da forma depurada e possuidora de uma intenção vincadamente normativa que apresentam”⁴⁶. Como afirma outro historiador, “cada linha de Lippe – veja-se o cuidado posto no final de cada um dos seus livros em resumir o já dito para os soldados, mas também para memorando dos oficiais – é uma firmação de existência de um saber e de uma civilização intramilitares”⁴⁷.

45 SALES, ob. cit., p. 88.

46 BEBIANO, ob. cit., p. 134.

47 GOUVEIA, A.C. e MONTEIRO, N.G. A Milícia. História de Portugal. Lisboa: Circulo de Leitores. Vol 4. 1993. p. 203.

IV.3 Organização

Depois da campanha de 1762 era necessário reduzir os regimentos para um número aceitável e comportável, em tempo de paz, pelo reino.

Para tal, a reorganização do exército de 1ª linha passou a contar com 30 000 homens, compreendendo 25 Regimentos de Infantaria, 10 de cavalaria⁴⁸, 4 de Artilharia, 1 Regimento da Armada e 1 de Voluntários Reais, o que só vem a sofrer pequenas alterações em Janeiro de 1777⁴⁹.

Um outro aspecto relevante de organização verificou-se ao nível dos uniformes. Foi publicado o primeiro regulamento de uniformes, que, com poucas alterações, durou até ao ano de 1806⁵⁰.

Em termos de organização, para o Conde de Lippe “criar um corpo militar, ultrapassando o bando, foi a sua preocupação fundamental”⁵¹. Só foi possível pela “definição de códigos de hierarquia, patentes e suas funções, *cursus honorum* e a sua representação exterior através de galões e atributos de comando. Aliava-se a esta preocupação aquela com os fardamentos. Ficava assim criado um corpo alinhado, com uma cabeça no comando, com uma hierarquia interna. A caserna começava a fechar-se às intromissões dos estatutos sociais”⁵².

IV.4 Tecnologia

A restauração de várias fortalezas e a construção do forte da Graça em Elvas completaram o sistema defensivo das fronteiras⁵³.

É talvez no domínio da artilharia que se dá o maior salto técnico na transformação do Conde de Lippe. “Criou em Portugal a moderna artilharia e lhe deu a importância e graduação de uma arma científica”⁵⁴. Aparecem então consignadas na legislação

48 Sales escreve que foram onze (e não dez) os regimentos de cavalaria existentes durante a campanha. SALES, ob. cit., p. 95.

49 FIGUEIRA, ob. cit., p. 40.

50 RODRIGUES, M.A. 300 Anos de Uniformes Militares do Exército de Portugal. 1660-1960. Lisboa: Madeira & Madeira, Lda. 1998. p. 62.

51 GOUVEIA, A.C. e MONTEIRO, N.G., ob. cit., p. 203.

52 Idem.

53 SELVAGEM, ob. cit., p. 481.

54 COELHO, ob. cit., p. 76.

as habilitações especiais adquiridas nas escolas e comprovadas por exames para o acesso aos postos de oficial⁵⁵.

Um dos ramos do serviço militar que igualmente mereceu a atenção do Marechal-general foi o do levantamento de plantas e de cartas militares de várias regiões do país. Fê-lo com auxilio de engenheiros que trouxe consigo.

IV.5 O fim de uma fase

Do percurso efectuado ao longo das diversas componentes, verifica-se que em todas houve empenho de Lippe, o que leva a concluir sobre a dimensão da transformação empreendida. Contudo, como se referiu na secção II., não basta a definição de um programa ou estratégia de acção, traduzidos em regulamentos, manuais, procedimentos e aculturação, é necessário, acima de tudo a consolidação de todos estes factores.

Em todo o processo de transformação existiu um esforço por parte do Conde de Lippe em comprometer o poder político o que lhe foi facilitado pelo acesso directo ao Conde de Oeiras. Lippe mostrou ter consciência que só assim poderia dar continuidade à reorganização, depois de regressar à sua terra natal. Por isso empenhou-se para que a sua futura ausência não compromettesse a transformação em curso. Após pouco mais de dois anos ter chegado a Portugal e um ano de reformas já em paz com Espanha, o Conde de Lippe regressou ao seu condado, mas antes deixou indicações claras para a consolidação da transformação.

V. A continuação

Em Setembro de 1764, antes de partir para o seu Estado, o Conde de Lippe dirigiu ao Conde de Oeiras um conjunto de “observações militares”⁵⁶ que não eram mais do que “um programa de trabalhos a efectuar na sua ausência” e em cuja nota introdutória o Conde de Lippe afirmava: “o essencial da obra está feita. Existe um Exército. Há leis e artigos de guerra. Um regulamento sobre a organização, a composição, a disciplina, o serviço, a instrução, a justiça, o pagamento, e o recrutamento da tropa. Estas leis acham-se em execução, e são observadas habitualmente em quase três quartas partes dos

55 Idem, p. 79.

56 Disponíveis em SALES, ob. cit., pp. 119-138.

regimentos. São disposições completas, inquestionavelmente novas, e de espécies diferentes, pelo que poderiam encontrar maiores dificuldades na adopção. Tudo se acha todavia em prática, e removidos de obstáculos. Actualmente ainda é preciso e sempre necessário, isto é, uma vigilância incansável no fazer cumprir escrupulosamente as últimas leis, regulamentos e artigos da guerra”⁵⁷.

Uma noção de imperiosa continuidade do processo de reorganização está patente ao longo de todo este documento. Como afirma Fernando Dores Costa “este trabalho nunca pode estar concluído. É um labor sempre imperfeito e esta é a sua advertência principal”⁵⁸.

V.1 Observações militares

Estas Observações militares merecem uma abordagem detalhada já que permitem identificar uma metodologia, pela selecção dos assuntos abordados, do esforço de continuação do processo de transformação.

As “Observações Militares” constam de 27 artigos cujas ideias-força podem ser sistematizadas da seguinte maneira:

- a necessidade de inspecções regulares que avaliem do estado completo das unidades, mas também, curiosamente, sobre se “as informações sobre o comportamento dos oficiais contêm imparcialidade e inteireza, conforme ao zelo do serviço definido nos regulamentos” (Art^a 1.^o). Apresenta nomes dos oficiais responsáveis (Art^o 2.^o e 3.^o) alertando para o facto destes oficiais fazerem os relatórios directamente ao Conde de Oeiras, lembrando que, ele próprio, queria ser informado (Art. 5.^o);
- a importância do acompanhamento do poder político (no caso do Art. 6.^o é o próprio Rei) com dois objectivos distintos: primeiro a necessidade de “manter no exército o nobre espírito de emulação” pela presença do rei, ou seja, mostrar que o soberano é o primeiro dedicado na causa militar⁵⁹; segundo, ser também ele próprio primeiro avaliador do estado de proficiência do seu exército. Só assim, segundo o Conde de Lippe, “este espírito de aplicação ao desempenho do dever se propagará então por todo o exército”;

57 SALES, ob. cit., p. 119.

58 COSTA, ob. cit., p. 347.

59 Sem dúvida uma influência de Frederico II. Contudo importa referir que “a afirmação, que se lê por toda a parte, de Guilherme ter organizado o seu exército segundo as ideias prussianas, não corresponde inteiramente aos factos. Embora se tenha aproveitado de vários processos utilizados no sistema militar da Prússia, seguiu sempre os seus próprios caminhos, como, aliás, a sua posição perante Frederico II também não era de pura admiração mas sim de atenção crítica. EHRHARDT, ob. cit., p. 10.

- a importância da disciplina (Artº 7.º e 17.º);
- a gestão dos oficiais (Artº 8.º);
- a manutenção específica das praças fortes (Art. 9.º, 11.º, 17.º e 27.º) e a preocupação de rentabilizar infra-estruturas (Art. 13.º e 15.º);
- a formação técnica de corpos especiais como é o caso dos engenheiros, para os quais o Conde de Lippe vai ao pormenor de discriminar a formação técnica (Artº 10.º) e no caso da artilharia indo ao pormenor do orçamento mínimo anual (Artº 12.º);
- a identificação do que poderão ser formas de bloqueio à transformação e à aplicação dos novos regulamentos (Artº 14.º);

Nos artigos seguintes (Artº 18.º ao 26.º) o Conde de Lippe debruça-se sobre o que diz serem “arranjos económicos”, não sendo mais do que formas de dotar o exército dos melhores equipamentos⁶⁰ sabendo economizar recursos e preocupando-se com as questões técnicas e tácticas do seu emprego.

No último artigo, o 27.º, o Conde de Lippe deixa alguns apontamentos sobre a “milícia, chamada de auxiliar”.

Da análise feita às “Observações Militares” do Conde de Lippe segundo os parâmetros definidos na secção II e já utilizados na análise da transformação nas secções III e IV é facilmente identificado que as matérias que continuam a preocupar Lippe dizem respeito essencialmente às componentes “pessoas”, “organização” e “tecnologia”. Relativamente aos “processos” parece isenta de muita polémica a constatação do Conde de Lippe em aceitar que o corpo doutrinário necessário ao funcionamento do exército estava pronto, aliás, como já referido anteriormente, é o próprio que afirma no início do documento que “há leis e artigos de guerra. Um regulamento sobre a organização, a composição, a disciplina, o serviço, a instrução, a justiça, o pagamento, e o recrutamento da tropa”. Parece pois, que é a vivência continuada deste corpo doutrinário pelas “pessoas” e embuído na “organização” que constitui a principal preocupação do Marechal-general para o sucesso da transformação em curso.

Curiosamente as suas preocupações de natureza técnica expressas no Artº 26.º sobre a artilharia mereceram desenvolvimentos que levaram a inovações técnicas⁶¹, nomeadamente, o de inventar um reparo “para as peças de calibre três, de maneira que pudessem

60 Armamento (Artº 19º), uniformes (Artº 20.º), remonta (Artº 21.º), condutores de artilharia (Artº 23.º), transportadores de víveres (Artº 24.º), hospitais, fundições e moinhos para pólvora (Artº 26.º).

61 SALES, ob. cit., pp. 138-139.

ser conduzidas por duas bestas nos trânsitos escabrosos e em país montanhoso tão facilmente como em liteira, sem que as inovações necessárias para estes fim privassem os mesmos reparos de poderem rolar em planície como os outros, nem empecessem de modo algum a celeridade das manobras”⁶².

V.2 *A acção continuada e o regresso a Portugal*

Na manhã do dia 20 de Setembro de 1764, o Conde de Lippe embarcou num paquete inglês para regressar ao seu estado em terras germânicas. Apesar do distanciamento físico, o Marechal-general não perdeu o seu lugar no exército português. “O rei D. José determinou que o Marechal Conde de Lippe, mesmo ausente, conservasse o comando do exército português”⁶³. A ligação à corte portuguesa seria garantida por um indivíduo do seu séquito, Jorge Luiz de Colson, o qual com a designação “conselheiro da corte” tinha por encargo estabelecer a ligação de correspondência entre o seu amo e a corte portuguesa, e ao mesmo tempo informá-lo daquilo que ia ocorrendo em Portugal e que directa ou indirectamente o interessasse⁶⁴.

Ainda no ano de 1764 e já depois da partida do Conde de Lippe para o seu estado, as cortes de Madrid e Lisboa voltaram a desentender-se e novamente o Rei e o Conde de Oeiras tentaram que o Conde de Lippe regressasse a Portugal. Este facto constitui uma prova da transformação inacabada e, por isso, do sentimento de insegurança do poder político à capacidade do exército português actuar sozinho, ou seja, sem enquadramento superior possuidor de conhecimento militar.

Nos extractos da carta do Conde de Lippe em resposta a este pedido a que Sales faz referência⁶⁵, é possível destacar dois aspectos importantes.

Primeiro, que o Conde considerava determinante a execução das suas observações militares datadas de 5 de Setembro de 1764, e que destas os aspectos considerados nos artigos 19.º, 20.º, 21.º, 22.º e 26.º (de natureza essencialmente económica) eram de especial importância já que “sem aquela execução não importava que o exército estivesse completo, pago e bem disciplinado para obrar”. Embora mostrasse disposição para acorrer a Portugal, Lippe salientava “que o que falta para fazer pronto o exército, sendo disposições económicas, se podem fazer na sua ausência, com menos ruído e com menos precipitação”.

62 MARTINS, ob. cit., p. 189.

63 SALES, ob. cit., p. 145.

64 Idem, p. 146.

65 Ibidem, pp. 152-156.

Segundo, que nem os regimentos existentes em Portugal nem os generais portugueses mereciam, ainda, a confiança total do Marechal-general uma vez que solicitava a presença de tropas inglesas⁶⁶ e de comandantes ingleses⁶⁷.

Estes dois aspectos remetem para a questão da impreparação do exército e do estado insipiente da consolidação das reformas introduzidas por Lippe. Aliás, foi o próprio Rei D. José que afirmou, em carta, o “receio de que ainda tudo se não ache no estado que ele recomendou: remonta da cavalaria, como ficou ajustado; dificuldade de se fazer a guerra sem o socorro da G.B. (Grã-Bretanha)”⁶⁸.

O interesse do Conde de Lippe pelos assuntos militares em geral, e com aqueles que diziam respeito a Portugal em concreto, não se esgotou com a sua partida para o seu principado. Efectivamente, em 1766, fundou uma academia militar em Bückeburg.

Fruto da sua própria vontade e dos diversos pedidos do poder político português, o Conde de Lippe regressou a Portugal a 16 de Setembro de 1767, ou seja, praticamente três anos depois de ter partido de Lisboa. Desta vez veio por terra, atravessou a Espanha e entrou em Portugal pelo norte. Entrou por Miranda, onde visitou esta praça. Seguiu para Almeida, aproveitando a viagem para passar revista aos regimentos de Trás-os-Montes.

Um dos objectivos do Marechal-general era o de reunir uma grande parte do exército e fazer manobrar essas forças em conjunto, não só para verificar a sua instrução e disciplina, mas igualmente para as habituar aos exercícios de mobilização⁶⁹.

Os exercícios decorreram num local chamado Olhos de Água, entre Azeitão e Palmela, entre 17 de Novembro e 12 de Dezembro⁷⁰. A ideia do Conde de Lippe era implementar um sistema que permitisse a realização de exercícios destas dimensões e com a presença do rei, uma vez por ano⁷¹.

66 “que as tropas inglesas, ainda quando sejam pesadas, se fazem necessárias ao número de três regimentos de cavalaria, como a de Bourgoyne, e três de infantaria inglesa da escola do General Wolf, ou dos oficiais por eles formados, com as suas respectivas peças de regimento; de um batalhão de Montanhese da Escócia, e de duas companhias de artilharia com doze peças de parque dos calibres de doze, de nove, e de seis, com os seus carros manchegos do modelo francês, que bem conhece o coronel Phillips, e com as suas equipagens, munições e cavalos”. SALES, ob. cit., p. 153.

67 “Que seria muito para desejar que Milord Townshend fosse o comandante, tendo debaixo das suas ordens Milord Lennox e Mr. de Bourgoyne”.

68 Idem, pp. 152-156.

69 Ibidem, pp. 168.

70 Para informações detalhadas sobre estes exercícios no campo dos Olhos d’Água ver “Notas sobre algumas manobras do exercito portuguez no século passado e actual colligidas pelo General Barão de Wiederhold”, na Revista das Sciencias Militares, 1888, Vol. VII, pp. 231-237, 291-303 e 347-357.

71 O projecto era faseado a quatro anos para que, neste período, todos os regimentos uma vez tomassem parte dos exercícios e terem a “honra de ter passado revista na presença de S. Majestade”. A ideia era também aproveitar a ocasião para exercício dos terços de auxiliares.

Durante esta segunda estadia em Portugal foram publicados, no ano de 1767, vários regulamentos: “*Direcções que hão de servir para os senhores Coronéis, Tenente-Coronéis e Majores dos regimentos de infantaria*”, o “*Novo methodo para dispor um corpo de infantaria de sorte que possa combater com a cavallaria em campanha rasa*” e a “*ordenança que determina as obrigações dos inspectores das tropas*”. Os dois primeiros regulamentos foram traduzidos do alemão para português. No caso particular do método para dispor de um corpo de infantaria contra a cavalaria em campanha rasa, tratava-se de uma actualização ao regulamento de 1763, ou seja, a adopção de uma nova técnica para este tipo de situação táctica: a cruz de Bückeberg⁷².

O Conde de Lippe deixou o país a 27 de Fevereiro de 1768.

Apesar de regressado ao seu Estado e não ser muito provável o seu regresso a Portugal, o Conde de Lippe continuou empenhado, através de uma correspondência assídua, no processo de transformação, principalmente no domínio das “pessoas” e “processos”.

No âmbito das “pessoas” a sua preocupação incidiu no ensino, onde em 1771 escreveu a “*pro-memoria de uma differença de opinião na Aula de Artilharia de S. Julião da Barra sobre o modo de regular-se para lançarem bombas com certeza*” e, dois anos mais tarde, em 1773, traçou um projecto para criar uma biblioteca⁷³ militar em cada guarnição. É na “*Memória sobre os exercicios de meditação militar para se remeter aos senhores Generaes e Governadores das provincias afim de se distribuir aos senhores Chefes dos regimentos dos Exercitos de S. Magestade*” que se pode ler que “a leitura serve para formar-se o espírito militar e prover-se de ideias: por ela se enriquece com as luzes e com a experiência dos outros: e os senhores officiaes não poderão melhor, nem mais agradavelmente (para aqueles que amam a sua profissão) empregar, do que na leitura, as horas de descanso que deixam, especialmente no tempo de paz, as funções do serviço diário”⁷⁴.

72 Citando o General A. Xavier Palmeirim, Sales afirma que a cruz de Bückeberg era uma das novidades propostas pelo Conde no seu por vezes citado *Nouveau Système* impresso em Stadthagen (SALES, ob. cit. p. 174), e um dos ensinamentos da sua academia militar.

73 Tal como se faz nas modernas escolas de Estado-maior dos países ocidentais, também o Conde de Lippe propunha uma listagem de livros de leitura (obrigatória): *Arte da Guerra do marechal Puysegur* (2 vols), *Memórias do Marquês de Feuquières* (4 vols), *Instruções de El-rei da Prússia aos seus Generais*, com um “tratado das obrigações da cavalaria ligeira”, *Arte da guerra*, pelo Conde de Turpin (2 vols), *Memórias de Montecuculi* (1 vol), *Reflexões militares e políticas do Marquês de Santa Cruz* (11 vols), *Arte de guerra prática de Ray de St. Genies* (2 vols), *A pequena guerra ou Tratado do serviço da tropa ligeira em campanha de Grand maison* (2 vols), *Tratado da pequena guerra de La Croix* (1 vol) e *Engenharia de campanha de Clairac*.

74 LIPPE, S. - *Memoria sobre os exercicios de Meditação militar para se remetter aos senhores Generaes, e Governadores de Provincias, a fim de se distribuir aos Senhores Chéffes dos Regimentos dos Exercitos de*

Em 1774, dez anos depois de ter deixado as suas observações militares, o Conde de Lippe escreveu “Alguns factos militares Portugueses”⁷⁵ onde voltou a reiterar, essencialmente, recomendações de carácter logístico e administrativo, desde a aquisição de equipamentos até ao aumento do soldo, mas também de carácter técnico e de disciplina e treino dos auxiliares. Um ano depois, resultado de desentendimentos sobre a delimitação dos territórios confinantes ao sul do Brasil, as relações entre Portugal e Espanha voltam a degradar-se e, uma vez mais, são dirigidas ao Conde de Lippe palavras de preocupação sobre a inferioridade numérica portuguesa e a falta de preparação das forças. Também uma vez mais o Conde de Lippe se esforçou para defender o reino português, mas desta vez fê-lo por cartas, nas quais detalhou tanto quanto possível as modalidades de acção. O estado do exército português tinha regredido tanto que o Marquês de Pombal viu-se na necessidade de solicitar, ao Conde de Lippe, oficiais para virem servir no exército português e nele porem em prática os últimos ensinamentos da arte militar. Uma vez mais o Conde respondeu ao pedido. Em Outubro de 1776, informou por carta que os oficiais escolhidos pertenciam ao seu corpo de artilharia e de granadeiros e numa outra que seguiu discriminou as habilitações técnicas decorrentes de novas invenções e práticas, nomeadamente nos domínios da arma de artilharia e engenharia.

Apesar do empenho do Conde de Lippe (tanto quanto a distância o permitia), aquando da morte de D. José, em Fevereiro de 1777, “já se encontravam sem oficiais quase todos os corpos, e o exército, em todos os seus serviços, no mísero estado que aquele mesmo facto acusa”⁷⁶. Ou como esclarece Sales, “com a ausência definitiva do Marechal-general, o exército voltou gradualmente ao estado desolador do tempo passado; um dia começou faltando o fardamento no tempo prescrito para ser fornecido; os vencimentos perderam a regularidade com que legalmente deviam ser feitos; os recrutas passaram a faltar também nos efectivos dos corpos; o quadro de oficiais ia-se restringindo, porque era caro haver promoções, e os poucos que havia mal ocultavam o seu descontentamento em razão da insuficiência do soldo mal pago, e do desrespeito pela antiguidade sempre atropelada pelas exigências predominantes da fidalguia”⁷⁷.

S. Magestade pelo Conde Reinante de Schaumbourg Lippe. Lisboa: Offic. João Antonio da Silva. 1782. p. 4. Talvez, lentamente o processo de aculturação à profissão das armas, tal como o Conde de Lippe o percebia, tenha começado a germinar nas elites portuguesas. Pelo menos parece ser essa a razão para que em 1767, na ilha da Madeira, o governador José António de Sá Pereira (sobrinho do Marquês de Pombal) tenha criado uma aula militar à semelhança das aulas militares instituídas em 1763 nos quatro regimentos de artilharia do continente.

75 SALES, ob. cit., pp. 183-186.

76 ALMEIDA, ob. cit., pp. 289-290.

77 SALES, ob. cit., p. 198.

Da acção continuada verifica-se, ao nível da operacionalização, a continuação de um processo de emulação pelo ingresso nas fileiras portuguesas de quadros com formação militar específica, alguma dela oriunda da própria academia de Lippe. Ao nível da implementação, o Marechal-general continuava a preocupar-se com todas as componentes de implementação da transformação, destacando contudo as “pessoas” e “processos”.

Apesar de todo este empenho, os pedidos do reino de Portugal a Lippe para regressar sempre que este entrava num período de hostilidade com Espanha, evidenciam o fracasso da consolidação do processo de transformação em curso.

O Conde de Lippe faleceu a 10 de Setembro de 1777, tinha 53 anos.

VI. Conclusões

Pode afirmar-se que a transformação processada pelo Conde de Lippe decorreu num período temporal de, sensivelmente, quinze anos e dois meses, e do qual só num quinto esteve em Portugal⁷⁸. O facto de se encontrar ausente durante a maior parte do tempo não o impediu de continuar a cumprir com as suas obrigações de comandante do exército.

Como se foi constatando na secção anterior, a transformação do Conde de Lippe estava moribunda dez anos depois das primeiras acções de Lippe e defunta no início do reinado de D. Maria I.

Enquanto transformação entendida como processo pelo qual as organizações militares se transformam de forma sustentada, o empreendimento do Conde de Lippe foi um insucesso. O mesmo não significa dizer que o Marechal-reinante foi o culpado e que todas as acções por si pensadas e implementadas não tiveram resultados práticos. Neste aspecto particular importa ler uma vez mais Martins Barrento que com clareza identifica o que foi o legado a médio e longo prazo bem como a pertinência actual de algumas acções⁷⁹.

Contudo, o que parece ser importante dado o objectivo do trabalho é não só destacar o legado deixado, mas principalmente a forma como foi conduzida a reorganização e que ensinamentos práticos podem ser, quase duzentos e trinta anos depois, extrapolados para a transformação em curso no Exército Português.

78 Considerando o período em que o Conde de Lippe assumiu a chefia do exército português (Julho de 1762) até à sua morte (Setembro de 1777) esteve presente em Portugal por duas vezes: de Julho de 1762 a Setembro de 1764; e de Setembro de 1767 a Fevereiro de 1768.

79 BARRENTO, ob. cit., pp. 379-382.

O Conde de Lippe seguiu à risca o que constituem, hoje, modelos para transformação das forças armadas.

Lippe soube aproveitar com mestria o que podia constituir duas fontes para uma transformação sustentada: a primeira, a situação “política e estratégica” que a invasão de tropas espanholas, no contexto da Guerra dos Sete anos, exigiu como mudança depois de quatro décadas de paz; a segunda, o choque entre “normas culturais” entre a inexistência de uma cultura militar no Exército Português e a uma cultura militar profissional.

Na operacionalização da reorganização privilegiou a emulação de “escolas” exteriores, numa fase inicial materializada pelo corpo de oficiais experientes que o acompanhou, numa fase mais adiantada pelo envio de oficiais formados em diversas áreas, alguns dos quais da sua própria escola.

Na implementação das medidas percorreu todas as componentes importantes – “pessoas”, “processos”, “organização” e “tecnologia”. Mais, fê-lo tendo em atenção a importância relativa de cada uma, consoante o contexto a fazer frente. Por isso, privilegiou, logo quando chegou, as “pessoas” e a “organização”. Liberto dos empenhamentos da guerra concentrou-se na “organização” e nos “processos” e, distante de Portugal, voltou a dar importância, essencialmente, às “pessoas”, sem contudo isso significar o abandono das outras componentes.

Se tudo foi feito tão bem, urge questionar o que é que causou o insucesso. Na constatação da rápida degradação do exército, materializada na perda de disciplina e ordem, Fernando Dores Costa questiona mesmo “como se desvanecem a disciplina e a ordem com tal facilidade?”. Pela natureza do trabalho importa questionar por que se perdeu a transformação em curso?

Considera-se a dois níveis a razão para tal insucesso. O primeiro, ao nível político, o segundo, ao nível do próprio exército. Veja-se cada um em particular.

VI.1 O nível político

Apesar dos esforços do Conde de Lippe em informar o poder político através da sua ligação directa ao Conde de Oeiras, depois Marquês de Pombal, e comprometer o rei no processo através da sua presença nos exercícios militares, o poder político acabou por se empenhar só e enquanto uma ameaça directa à integridade do reino estava presente. Chega a ser incompreensível, pela sua própria personalidade, a oportunidade

perdida pelo Marquês de Pombal em transformar o exército num instrumento do estado subordinado aos seus interesses.

Existe um aspecto para o qual o historiador Jeremy Black alerta e que não deixa de ser relevante no contexto da análise que foi realizada. Nem sempre os objectivos políticos de uma organização militar se prendem com o facto de se ser vitorioso contra um potencial ou real inimigo. Por vezes, a instrumentalização do aparelho militar pelo poder político pode ter como objectivos questões de natureza sócio-política doméstica⁸⁰. Neste caso particular parece ter sido a força armada organizada não poder constituir-se, nunca, numa possibilidade de ameaça à governação absoluta do poder político vigente.

Nos aspectos abordados pelo Conde de Lippe em “Alguns factos militares Portugueses”, escritos em 1774, verifica-se que não houve da parte do poder político a cedência dos recursos humanos e materiais necessários à implementação das reformas. Apesar de uma aparente concordância com o que era necessário fazer, não se criaram condições de facto à sua concretização.

Se alguma dúvida houvesse sobre o facto das influências de Lippe no poder político terem sido efémeras a constatação inequívoca desse facto seria confirmada pelas palavras de Latino Coelho na sua História Militar e Política: “as primeiras providências militares, com que a piedosa rainha (D. Maria I) procura acudir à triste condição do seu exército, denunciam desde logo a feição proeminente da nova administração. A poucos dias de coroada ordena a soberana que se reze o terço indefectivelmente nas guardas e quartéis, e que se façam escrupulosamente as honras militares aos prelados diocesanos⁸¹.”

VI.2 O nível do exército

A organização do exército demonstrava uma estreita dependência da pessoa do Marechal-general. Enquanto o Conde de Lippe permaneceu em Portugal a severa centralização garantia uma visão exacta sobre cada fase da estruturação. Sem essa centralização nunca podia ter sido efectuada a reforma do exército em tão curto espaço de tempo. Até que ponto essa reforma podia ter sido assimilada pela mentalidade

80 BLACK, J. - Military Change in Historical Perspective. The Sources of Military Change. Culture, Politics, Technology. London: Lynne Rienner Publishers. 2002. pp. 21-38.

81 COELHO, ob. cit., pp. 85-86, citando o aviso do ministro da guerra Ayres de Sá e Mello ao governador das armas do Alentejo de 28 de Junho de 1777.

dos portugueses deu que pensar ao Conde de Lippe, mesmo antes da sua partida, tornando-se cada vez mais visível depois de partir⁸².

Como afirma Fernando Dores Costa, há obstáculos “culturais que se prendem com o próprio estatuto socialmente consagrado da acção quotidiana e também com o estatuto da guerra como ameaça. Há uma cultura de ociosidade e da herança predominante na fidalguia de corte portuguesa que tem porventura a sua expressão mais importante no desprezo pela aquisição de saberes técnicos específicos e formais. (...) Por outro lado, a guerra não é uma ameaça permanente. É algo que ocorre e que se “pensa” apenas numa inesperada conjuntura. (...) A guerra apanhava as forças sem preparação. Tudo aponta para um elevado grau de “despreocupação” face à guerra”⁸³. Como continua o mesmo autor “o trabalho do marechal-general é pois um trabalho de aculturação dos Portugueses. A tentação de ver neste processo uma sobreposição conflituosa entre “culturas nacionais” deve ser evitada. A cultura que se quer impor em condições pouco favoráveis é uma cultura militar. Em si mesma, com a sua ênfase posta na obediência, nada tem de especificamente “nacional” nem de substancialmente novo. Quando muito há “ambientes nacionais” que podem surgir como mais favoráveis à inserção dessa “cultura militar”⁸⁴. É pois o choque entre a inexistência de cultura militar e uma cultura militar específica. Aliás, é o próprio Conde de Lippe que o deixou transparecer quando escreveu “se eu tivesse ficado em Portugal e não tivesse feito mais nada do que contrarubricar patentes, ir a paradas, fazer de vez em quando uma viagem de recreio a qualquer província para ver superficialmente qualquer fortificação e qualquer regimento, não me teriam faltado aduladores neste grande teatro que teriam aplaudido estas atitudes. Aqui tenho trabalhado com mais profunda aplicação sem ser notado, e tenho-me lisonjeado de ter ao menos lançado os alicerces para aperfeiçoamentos essenciais, novos e duradouros dentro da arte militar”⁸⁵.

O pormenor deste choque de “normas culturais” se fazer pela pessoa de um oficial general estrangeiro que desconhecia a língua, a cultura, o país e não praticava a mesma religião merece alguma reflexão. As obras consultadas são unânimes em defender o empenho sério e até patriótico do Marechal-general em antagonismo aos muitos oficiais

82 BANASCHIK-EHL, C. Scharnhorsts Lehrer, Graf Wilhelm von Schaumburg-Lippe in Portugal. Die Heeresreform 1761-1777. Biblio Verlag, 1974. p. 108.

83 COSTA, ob. cit., p. 348.

84 Idem.

85 EHRHARDT, ob. cit., p. 26, citando Wilhelm Graf zu Schaumburg-Lippe: Schriften und Briefe. Hrsg. Curd Schwadt. Frankfurt/M.: Klostermann, 1976-1983, Vol I. Philosophische und politische Schriften - 1976, p. 219.

portugueses com espírito de oposição directa ou indirecta a acções que tinham por finalidade criar condições à defesa do território nacional. O facto de ter sido um estrangeiro a liderar o processo de transformação parece ter constituído uma barreira cultural à transformação. O próprio, sentindo as dificuldades por que passou, sustenta esta argumentação, escrevendo em resposta a um apelo do Marquês de Pombal para regressar a Portugal, em Dezembro de 1776: “depois das mais sérias reflexões a este respeito, estou convencido que, no caso actual do exército em Portugal, nenhuma qualidade pode contrabalançar a de conhecer o exército, o local, a língua, ser conhecido dos oficiais e da tropa, e conhecer esta e aqueles; numa palavra, de toda a maneira é mais conveniente e útil dar o comando a um general escolhido, por assim dizer, no seio do exército, do que confiar este importante posto a um general que, por maiores talentos que tivesse, e por mais perfeito que fosse, se acharia transplantado para obrar em um terreno incógnito; e, prevenido com outras ideias, resultariam de tudo isto incertezas e inovações que, não podendo ajustar-se com o que já está estabelecido, produziriam inconvenientes e perigos”⁸⁶.

Tal como apresentado na introdução, o presente trabalho tem por objectivo responder à seguinte questão central: numa perspectiva actual, quais os ensinamentos que se poderão tirar da reorganização conduzida pelo Conde Schaumburg-Lippe durante o período de 1762 a 1777?

A resposta à questão central coloca-se, naturalmente, nos aspectos identificados como responsáveis pelo insucesso da transformação. Assim, as lições que se podem tirar são:

- A transformação das forças armadas só poderá ser levada a efeito com sucesso sob um alto patrocínio do poder político. Este tem de compreender a necessidade de mudança, disponibilizar recursos e acima de tudo acompanhar o processo, salvaguardando as necessárias condições estruturais das forças armadas facilitadoras para a transformação;
- A transformação das forças armadas tem de ser sentida e levada a cabo por toda a hierarquia da organização nomeadamente na sua estrutura superior. Desta deve esperar-se não só a capacidade de percepção das fontes para a mudança, a concepção da sua operacionalização com a consequente implementação em todas as componentes mas, principalmente, a capacidade de liderar e motivar a hierarquia para esse empreendimento.

86 Citado em SALES, ob. cit., pp. 197-198.